



# CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS

Valorizar o passado Viver o presente Projetar o futuro  
14ª edição | Lisboa | 1, 2 e 3 de junho de 2023

## **Manuel de Lemos, presidente do Secretariado Nacional da UMP** **Sessão de abertura**

Senhor Presidente da República

Senhor Ministro da Saúde

Senhores Membros do Governo

Senhores Deputados

Ilustres Autoridades Presentes

Senhores Congressistas

Senhores Membros da Comunicação Social

Minhas Senhoras e meus Senhores

Bem-vindos ao XIV Congresso da União das Misericórdias Portuguesas!

Senhor Presidente da República,

As minhas primeiras palavras são para V. Ex<sup>a</sup>, para lhe agradecer, mais uma vez e sempre, todo o apoio e interesse que tem prestado às Misericórdias de Portugal.

Vossa Excelência tem sido um parceiro ativo das Misericórdias, quer nos momentos mais festivos e debate como este, quer nos momentos mais difíceis como os que vivemos, a partir de março de 2020.

Sempre, mas sempre, o Presidente da República Portuguesa, o Senhor Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa esteve presente, quer com múltiplas intervenções públicas de reconhecimento e incentivo às Misericórdias pelo trabalho que estavam a realizar, quer também com muitos conselhos e recomendações privados que nos foi prestando, quase quotidianamente, e que foram um extraordinário suplemento de alma para quem tinha o dever de apoiar os que, no terreno, se confrontavam diariamente com a doença e com a tragédia.



# CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS

Valorizar o passado Viver o presente Projetar o futuro  
14ª edição | Lisboa | 1, 2 e 3 de junho de 2023

Numa fórmula simples, mas bem portuguesa que exprime toda a nossa gratidão “Bem-haja, Senhor Presidente da República! Bem-haja, Senhor Prof. Marcelo Rebelo de Sousa!”

Em segundo lugar, quero neste primeiro congresso que se segue à pandemia, prestar homenagem a todos os que conosco cuidaram dos doentes e dos não doentes; sobretudo aos provedores e membros dos órgãos sociais, que tudo fizeram para que os danos fossem os mais controlados possíveis, e também a todos os trabalhadores (desde os mais qualificados aos menos qualificados) que, vencendo ao não o medo “se ataram ao leme” e que, quotidianamente, cuidaram de quem tinham de cuidar. Também aos inúmeros agentes do Estado central e local que, em muitos casos, foram vitais para as nossas instituições.

E, naturalmente por fim, aos que partiram e nos destroçaram, que perdurarão para sempre na nossa memória. A todos, repito, o meu agradecimento e a minha homenagem sentida!

Senhor Presidente da República,

Durante a pandemia era comum ouvir-se dizer “vai ficar tudo bem!” A pandemia passou, mas, infelizmente, não ficou tudo bem. Eu diria mesmo que, questão sanitária à parte (o que já não é de somenos), a situação se deteriorou de uma forma que não era minimamente expectável.

Na verdade, o Estado português continua a minimizar as instituições do setor solidário, esquecendo-se que, com isso, minimizam quer quem cuida, como é o caso dos trabalhadores (como pagar salários dignos e justos com este valor de participações?), quer quem é cuidado (como assegurar a qualidade dos serviços aos utentes?), quer quem assume a responsabilidade de gerir e fazer funcionar as instituições, ou seja, os seus órgãos sociais.

É curioso que não há hoje nenhuma reunião das Misericórdias ou dos outros parceiros do setor em que não se aborde a questão da sustentabilidade das instituições, esquecendo quase sempre que, no final, o que está em causa é a sustentabilidade das próprias políticas públicas sociais em Portugal.

Tenho até quase sempre a sensação que o Estado procura sempre empurrar para o setor a responsabilidade, que é dele e só dele, que é a de assegurar essa sustentabilidade.



# CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS

Valorizar o passado Viver o presente Projetar o futuro  
14ª edição | Lisboa | 1, 2 e 3 de junho de 2023

Na verdade, se é o Estado que pensa e desenha as respostas sociais, legisla as respostas, regulamenta as respostas e fixa o tempo para as implementar pela via das Misericórdias e outros parceiros do setor, então é óbvio que é ao Estado que compete, também, assegurar a sua exequibilidade; ou seja, a sua sustentabilidade.

Eu sei, todos sabemos que estes anos têm sido difíceis para Portugal e para as Misericórdias e para os outros atores da economia social.

Senão vejamos: a partir de 2011, a crise financeira que levou a que os apoios ao setor fossem mínimos; depois de 2015, uma maioria parlamentar que incluía forças políticas que não se revêem no setor; entre 2020 e 2022, a terrível pandemia; e, a partir de 2022, a guerra na Europa e esta inflação que consome todos os dias os nossos recursos.

Claro que não posso, nem quero deixar de referir que, no final de 2021, o Governo da República revisitou connosco o Pacto de Cooperação para a Solidariedade, que estabelece o princípio do financiamento equitativo do Estado no custo das respostas sociais; e que, no ano letivo que agora terminou, iniciou o processo da gratuidade das creches, a par de um esforço, que se reconhece, de acompanhar o aumento dos custos das respostas sociais, nomeadamente, no final do ano passado, com alguns apoios extraordinários.

Mas, infelizmente, esse esforço e o reconhecimento do princípio está a perder-se na concretização efetiva, porque o Estado insiste em percentagens de aumentos sobre anos anteriores, ou seja, sobre o passado, em prejuízo do presente, ou seja, em cofinanciar equitativamente o custo real das respostas sociais em cada ano.

Torna-se, pois, imperioso que o Estado acompanhe e coopere com os trabalhos em curso do setor, sobre os custos reais das respostas sociais e para que a mudança de paradigma, que todos reclamam, seja efetiva.

A verdade é que, pode parecer a Vossa Excelência que me estou a centrar demasiado nas questões do financiamento, em detrimento de outras que são igualmente importantes e relevantes, mas a verdade é que, a questão financeira se degradou de tal forma, que sem uma mudança de paradigma na comparticipação do valor das respostas sociais, estaremos todos a pôr em causa a sobrevivência do pilar social, dos direitos que a norma constitucional consagra, desde logo porque, mesmo com



# CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS

Valorizar o passado Viver o presente Projetar o futuro  
14ª edição | Lisboa | 1, 2 e 3 de junho de 2023

preços justos, estes ficarão sempre substancialmente abaixo do valor para as mesmas respostas, se forem públicas. Todos sabemos isso, a começar pelo Estado.

Tudo afinal de contas porque o que nos move em pleno século XXI é a vontade de ajudar quem precisa. Estamos aqui hoje como estiveram antes nós os que nos precederam

**POR CAUSA DAS PESSOAS E EM NOME DAS PESSOAS!**

Senhor Presidente da República

Minhas Senhoras e meus Senhores

O pilar social dos direitos europeus, como ainda esta semana o Fórum do Porto deixou bem claro, é essencial para a sobrevivência da Europa.

Portugal tem problemas específicos no quadro europeu, quer com as respostas sociais (em especial com a longevidade da população e com o seu envelhecimento, quando chegam as fragilidades e aumenta a debilidade), quer com a saúde, quer com a educação, quer com a habitação.

São todas áreas em que a economia social e, em especial as Misericórdias, podem, querem e devem ser parceiras do Estado.

Em relação ao envelhecimento, a nossa preocupação aponta no sentido de uma evolução para a necessidade de transformarmos radicalmente o serviço de apoio domiciliário, para que seja possível, não só diminuir a pressão sobre os lares/ERPI que, na prática, se estão a transformar, apressadamente, em unidades de saúde, como ensaiar novas respostas sociais.

A este propósito, seja-me permitida uma pequena nota sobre a relação entre o envelhecimento nos territórios de baixa densidade e o PRR.

Se, à partida, o PRR continuar a eliminar, como tem eliminado à partida, as candidaturas das Misericórdias do interior para a remodelação dos lares, então o resultado final do PRR vai resultar no agravamento das desigualdades e das assimetrias.

E já agora, aproveitando a presença de alguém que muito estimamos, que é o Senhor Ministro da Saúde, também a tão falada articulação entre a saúde e a



# CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS

Valorizar o passado Viver o presente Projetar o futuro  
14ª edição | Lisboa | 1, 2 e 3 de junho de 2023

segurança social, nomeadamente no que respeita às respostas do envelhecimento, depende muito da capacidade do SNS em trabalhar com o setor social.

Mas é evidente que, desde os cuidados de saúde primários, à rede nacional dos cuidados continuados integrados; dos balcões do SNS, à nossa capacidade de cooperar em sede de consultas, cirurgias e MCDT, tudo deve ser equacionado e reforçado pelo Estado.

O conhecimento que temos do seu trajeto pessoal e político, Dr. Manuel Pizarro, é o melhor garante de que comunga connosco estes princípios e os valores que lhe subjazem.

Só temos um problema, que, aliás, penso ser comum, e que se chama TEMPO. Temos que nos articular em sede de tempo para que, rapidamente, possamos transformar os projetos que comungamos em realidades com efeito no povo.

Também em matéria de habitação, o enorme parque habitacional das Misericórdias e o seu potencial de crescimento, pode, se o Estado quiser mesmo, ser determinante para que os portugueses, no quadro da nossa sustentabilidade, possam concretizar o seu desejo de viverem numa habitação digna a preços controlados e justos.

O mundo está a mudar apressadamente e os desafios do futuro exigem atores responsáveis, competentes, exigentes, flexíveis e abertos à mudança; tudo requisitos que as Misericórdias têm cumprido nos 525 anos da sua história.

E, por isso, as pessoas e as comunidades, no seu conjunto, confiam nelas e gostam da sua presença no território. Mesmo quando não precisam de recorrer a elas, basta estarem ali, para que, no território, as pessoas façam crescer os seus índices de confiança e de conforto.

Na voragem do tempo que vivemos, muitos tendem a esquecer esta realidade e a preferirem projetos e programas, quase sempre megalómanos, que nunca se efetivarão e que consumirão esforços e meios sem fim!

A União das Misericórdias Portuguesas entende que a estratégia comum das Misericórdias e de todo o setor social deve ir no sentido de a Confederação Portuguesa de Economia Social se assumir como efetivo parceiro social (e daí a nossa ambição de integrarmos a Comissão Permanente de Concertação Social) e de



# CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS

Valorizar o passado Viver o presente Projetar o futuro  
14ª edição | Lisboa | 1, 2 e 3 de junho de 2023

deixar bem claro que este setor é fundamental para o desenvolvimento económico, para o emprego sustentado e, naturalmente, para a gestão e sustentabilidade das políticas públicas.

Por isto, este Congresso!

Para, cientes das dificuldades, renovarmos perante os portugueses que as Misericórdias de Portugal estão vivas e disponíveis para continuarem a servir.

É que, mesmo não estando imunes a episódios de demagogia e de total irresponsabilidade, o bom senso e a estabilidade acabam sempre por prevalecer, em nome do serviço aos que mais precisam.

Com a consciência que, uma coisa é a responsabilidade que decorre dos nossos valores e das nossas raízes; e outra, a responsabilidade que decorre da nossa cooperação com o Estado. Com o Estado, repito, que como todos sabem, só circunstancialmente se identifica com o Governo, seja ele qual for!

E é por isso que a UMP não apoia ou desapoia Governos, porque isso é matéria de outras instâncias; aliás, bem definidas na Constituição da República.

Essa é que é a nossa “marca de água”.

Que nos permitiu atravessar os séculos, salvar vidas, cuidar das pessoas, promover o emprego, estimular o desenvolvimento e ser fator de inclusão e coesão nacional; que nos permite estar orgulhosos do nosso passado, atentos ao presente e preparados para o futuro.

E nos permite hoje, reunidos em Congresso, dizer ao nosso Presidente da República:

Conte connosco.

Conte com as Misericórdias de Portugal.

Muito obrigado.